

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

FLÁVIO CREMASCO FERREIRA

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E
CIDADANIA**

Campinas
2010

FLÁVIO CREMASCO FERREIRA

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E
CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) apresentado à Faculdade de
Educação Física da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do
título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Lino Castellani Filho

Campinas
2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
BIBLIOTECA FEF - UNICAMP**

F413e Ferreira, Flávio Cremasco.
Educação Física escolar e cidadania / Flávio Cremasco Ferreira. --
Campinas, SP: [s.n], 2010.

Orientador: Lino Castellani Filho.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de
Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Educação Física. 2. Escola. 3. Cidadania. I. Castellani Filho, Lino. II.
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III.
Título.

dilsa/fef

Título em inglês: School Physical Education and citizenship.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Physical Education; School; Citizenship.

Banca Examinadora: Lino Castellani Filho, Odilon Roble.

Data da defesa: 30/11/2010.

FLÁVIO CREMASCO FERREIRA

**EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E
CIDADANIA**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) defendido por Flávio Cremasco Ferreira e aprovado pela Comissão julgadora em: 30/11/2010.

Prof. Dr. Lino Castellani Filho
Orientador

Prof. Dr. Odilon Roble

Campinas
2010

Dedicatória

Dedico este trabalho a pessoa que, sem a qual, esta obra até existiria, mas jamais da forma que se apresenta.

Agradecimentos

Agradeço aos amigos e colegas de faculdade pelos momentos de reflexão, discussão, argumentação e, principalmente, pela companhia através desses anos de construção e modificação intensa.

Agradeço aos professores que demonstraram interesse, vontade e dedicação sincera ao desafio de ensinar. Especialmente às professoras Eliana Ayoub e Elaine Prodócimo, por mostrarem o quanto o carinho e a simpatia interferem positivamente nesse processo de ensino-aprendizagem. À professora Helena Alteman, por demonstrar o equilíbrio entre docilidade e a fundamental firmeza. Ao professor Jocimar Daólio, por ter sido o primeiro, dentro da educação física, a chamar-me as humanidades. E ao professor Edison Duarte, pela inegável genialidade e competência para transmitir seu conhecimento.

Agradeço ao professor Odilon Roble, com quem não tive oportunidade de ter aula, mas que me faz muito feliz por aceitar ser membro dessa banca.

Agradeço especialmente ao professor Lino Castellani Filho, pela dedicação e orientação. Agradeço pela forma livre que me permitiu construir meu raciocínio, contribuindo com fundamentais e sinceras observações. Agradeço também pela ajuda, através de suas aulas e conversas, na busca por ver as coisas por dentro.

Agradeço aos meus pais que me deixaram escolher de forma livre minha profissão. Se hoje sou feliz pelo que tenho feito, e pelos caminhos que vão se abrindo, é porque eles me permitiram, e ajudaram a, caminhar.

FERREIRA, Flávio Cremasco. **Educação Física Escolar e Cidadania**. 2010. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

RESUMO

Este trabalho busca discutir a temática da cidadania dentro do âmbito escolar e, mais especificamente, dentro da disciplina de educação física, componente curricular obrigatório nas escolas. Por meio de revisão de literatura, essa monografia apresenta primeiramente os diversos significados de cidadania. Em seguida, pretende-se estudar como a relação entre cidadania e educação física se manifestou historicamente no Brasil. A partir dos diferentes papéis sociais assumidos pela educação física ao longo do seu desenvolvimento, busca-se identificar os conceitos de cidadania implícitos em cada conformação histórica, com o objetivo de compreender essa inter-relação hoje. Por fim, espera-se contribuir para o atual debate acadêmico, propondo uma nova relação entre educação física e o conceito de cidadania, bem como uma nova visão sobre o desenvolvimento do aluno cidadão.

Palavras-Chaves: educação física; escola; cidadania.

FERREIRA, Flávio Cremasco. **School Physical Education and Citizenship**. 2010. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ABSTRACT

This paper intends to discuss citizenship within the scholar sphere and, more specifically, with regard to physical education. Through literature review, this work will firstly explore the various meanings of citizenship. Secondly, considering the different roles assumed by physical education throughout its development, it is intended to identify the concepts of citizenship implicit in each historical conformation, in order to understand this interrelationship today. Finally, this paper intends to contribute to the current academic debate, proposing a new relationship between physical education and the concept of citizenship, as well as presenting a new view on the development of the citizen student.

Keywords: physical education; school; citizenship.

SUMÁRIO

1 Apresentação	10
2 Introdução	12
3 Escola e Cidadania	16
4 Educação Física e Cidadania	21
5 O Papel da Educação Física na Busca Pelo Aluno Cidadão	28
6 Cidadania Corporal e Esportiva	35
Considerações Finais	41
Referências	43

1 Apresentação

A Educação é tema de constante preocupação. O entendimento de que o aprendizado e a instrução, especialmente durante os anos iniciais da vida, são imprescindíveis alcança, hoje, praticamente toda a população, atingindo todos os estratos sociais. Poucos assuntos são de tamanho consenso, não apenas nacionalmente, mas também no mundo todo.

É bem por isso que as pesquisas e considerações sobre o assunto são constantes. São centenas as reflexões feitas sobre a educação, especialmente no que se refere à educação formal (o aprendizado, enorme, que acontece fora desse âmbito poucas vezes desperta o interesse de pesquisadores e cientistas). Consequência disso é que é a escola, como instituição responsável pelo tão fundamental ensino, que recebe o papel protagônico em grande parte desses estudos.

Toda essa preocupação se justifica, afinal concordamos plenamente que a educação seja fundamental para o desenvolvimento de qualquer ser humano, e que a escola é a instituição responsável pela construção desse conhecimento, tendo um papel social importantíssimo, uma vez que colabora não apenas na preparação do indivíduo apto e competente para sua realização profissional, como também na sua formação política e afetiva.

É justamente nessa formação que não se atrela necessariamente ao trabalho e ao rendimento (ou ao menos assim se pensa) que reside as atenções dessa monografia. Se a escola, devido a seu caráter educativo, é assunto constantemente em pauta, há outro que surge atualmente de forma muito ampla e significativa. A preocupação com a *cidadania* parece surgir em destaque em todo o lugar em que haja relações com as instituições de ensino. Seja em propagandas, *outdoors*, sites, comerciais, todas as escolas buscam associar seus nomes ao tão citado “formação do aluno cidadão”. Até mesmo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) trazem o tema como objetivo fundamental da educação.

Segundo esse documento, a cidadania é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, constando no artigo 1º da Constituição Federal, ao lado de termos como soberania e dignidade da pessoa humana. Bem por isso, em seu primeiro objetivo colocado para o ensino fundamental, já se apresenta a importância dada ao termo, bem como a compreensão que tem sobre cidadania:

“compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito” (Brasil, 1997, p. 6).

Fala-se ainda sobre o exercício dessa cidadania, que seria possível através do desenvolvimento de conhecimentos sobre si próprio, construindo com o aluno uma confiança em suas capacidades afetivas, físicas, cognitivas, ética, estética, de inter-relação pessoal e também de inserção social. Tal construção permitiria aos alunos atuar de forma perseverante na busca do conhecimento e do tal exercício da cidadania. O documento ainda completa trazendo que o compromisso com a construção da cidadania “pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental” (Brasil, 1997, p. 15). E seria a partir dessa perspectiva, que foram construídos os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual).

O termo é bonito e significativo. O cidadão ganha *status* de mocinho de bang-bang, e todos são incentivados a imitá-lo. Pais se exaltam e emocionam ao ver seus pequeninos cidadãos saindo descontrolados pela porta do colégio. Contudo, tanto graças ao número de vezes que o termo salta aos olhos, quanto a um olhar curioso e atento que a graduação (ou parte dela) nos ensinou, acabamos impelidos à pergunta: de que cidadania se fala tanto? Que forma é essa de estar no mundo que ganhou tanta consideração?

Mas, mais fundamental do que isso, uma vez que durante os quatro anos de faculdade o olhar foi em direção à fundamental instituição escolar, questiono se a escola tem noção do que seja essa cidadania de que tanto trata, e que jura desenvolver. Estará ela realmente trabalhando nesse sentido?

Por fim, continuo os desdobramentos da pergunta inicial, chegando ao questionamento que dará sustentação à maior parte desse trabalho, uma vez que se relaciona mais intimamente não apenas ao para onde nosso olhar se deita, mas também para o de onde ele parte. A malfadada educação física, disciplina curricular obrigatória do ensino formal, tem de alguma forma contribuído no tal desenvolvimento da cidadania? Será ela capaz de ajudar na formação do aluno cidadão?

2 Introdução

São muitos os requisitos necessários para que se possa responder tantas questões de forma satisfatória. Espero com esse trabalho seja capaz de cumprir pelo menos um mínimo deles. Vale destacar que não se fará aqui nenhuma grande reflexão sobre o termo cidadania, compreendido como algo extremamente complexo e que teve seus vários significados construídos ao longo dos anos, esse trabalho será deixado aos filósofos, especialistas em linguística, cientistas sociais, e tantos outros que certamente têm mais fundamentação para tal discussão. Também a reflexão sobre a instituição de ensino será feita de forma breve e fatalmente incompleta. Contudo, é na discussão acerca das possibilidades de ação da educação física, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da cidadania, que esse trabalho lançara sua âncora e buscará mergulhar a níveis satisfatórios.

Inicialmente, no que se refere à cidadania, a compreensão aqui adquirida se baseará no autor Pedro Demo, que em seu livro *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*, define o termo como “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada” (DEMO, 1995, p. 1). Percebe-se, nessa definição, a colocação do indivíduo na posição central da sociedade. É dele, e a partir dele, que se constroem todas as relações, bem como o mundo a sua volta. O reconhecimento dessa centralidade do ser humano, e sua final e irrefutável responsabilidade por tudo que há a sua volta é aqui entendido como conceito fundamental, não apenas para a definição sobre cidadania, mas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que deve estar sempre no horizonte de qualquer pesquisador responsável (é bem por isso que a cidadania, compreendida dessa forma, é tema de tanto interesse). Como nos lembra Demerval Saviani, toda e qualquer relação de hegemonia é também uma relação pedagógica, e por tanto a educação pode ser entendida como instrumento de luta, “luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita construir um novo bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada da sociedade capitalista – o proletariado” (SAVIANI, 1982, p. 11).

Retornando ao autor Pedro Demo, seu livro traz alguns componentes que seriam cruciais ao desenvolvimento da cidadania, seriam eles “educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação e, acima de tudo, o processo emancipatório”. Completa que, este processo, funda-se “na capacidade crítica para, com base nesta, intervir na realidade”

(DEMO, 1995, p. 1). Importante destacar que, não apenas a educação é o primeiro desses componentes essenciais, como também, acreditamos, os outros todos podem ser desenvolvidos, através de propostas pedagógicas, dentro da instituição escolar. Especialmente no que se refere à construção da visão crítica e do entendimento de que a realidade não é algo dado, mas sim construído. Isso depende apenas da forma com que se pensa tais propostas (mais adiante buscaremos trabalhar precisamente sobre uma visão de educação física que contribua nesse processo).

Como acontece usualmente, conhecer o contrário de dado objeto contribui no entendimento do objeto em si. É por isso que Demo nos apresenta seu entendimento do não-cidadão, que para o autor seria “quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a possibilidade/oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto” (DEMO, 1995, p. 2). E completa dizendo que o não-cidadão “entende injustiça como destino. Faz a riqueza do outro, sem dela participar” (DEMO, 1995, p. 2).

A partir dessa reflexão de Demo, retomamos a ideia do cidadão como o ser humano bom. Fica claro na definição do não-cidadão, que não se trata de um indivíduo de mau caráter, arruaceiro que pisa na grama do canteiro. O não-cidadão é, acima de tudo, um ser marginalizado, colocado de lado pela sociedade. É aquele que não teve, ou mesmo teve e perdeu - pode ser - a oportunidade de se inserir na sociedade em que vive. Sua existência está alheia a aquilo que lhe cerca. Importante entender que ele não foi tirado do papel central (não há como retirá-lo), esse indivíduo apenas teve suas formas de intervenção e remodelação do mundo a sua volta tomadas por assalto. Não lhe foi permitido entender a amplitude e as possibilidades de suas ações. Não pisa na grama por querer mal a ela, mas por não conceber que sua ação modifica a estrutura do canteiro (claramente nos utilizamos de uma metáfora).

Claro está que, ao refletir sobre a situação oposta à cidadania, se torna mais fácil entender qual significado está se buscando dar a ela. O objetivo é construir com o indivíduo (em se tratando de escola, mais normalmente, com a criança) o entendimento de que suas ações, mais do que apenas podem, de fato alteram o modo de ser e estar no mundo. Não apenas de si próprio, mas também influenciando a forma de ser e estar de todos, uma vez que a sociedade se constrói, precisamente, na relação de seu indivíduos, e desses com seu passado.

Novamente retomando as ideias de Pedro Demo, introduzimos os termos, que compõem o título de seu livro, “cidadania tutelada” e a “cidadania assistida”. Para o autor, esses seriam dois tipos de cidadania que se constroem de formas um pouco diferentes entre si. A cidadania tutelada seria aquela, marcadamente cultivada, ou suportada, pela elite econômica e política, em que não ocorre suficiente consciência crítica e competência para abalar a tutela (DEMO, 1995). O resultado desse tipo de cidadania seria a reprodução indefinida da mesma elite histórica.

Cidadania assistida, por sua vez, permite certa elaboração de algo que Demo chama de “embrião da noção de direito”, mas o direito requisitado e defendido aqui é o da assistência, e não o da emancipação. Sendo assim, essa forma de cidadania também atua na reprodução da pobreza política e da desigualdade de oportunidades. Nessa concepção a população fica atrelada a um “sistema fajuto de benefícios estatais (que) é seu engodo principal. Maquia a marginalização social. Não se confronta com ela.” (DEMO, 1995, p. 7). Vale dizer, mais uma vez, que o indivíduo que se atrela a esse sistema não o faz como boicote, mas simplesmente por não conhecer outro sistema. Costuma, ao menos, preferir a assistência à tutela. Ainda assim, mesmo que a cidadania assistida indique uma possibilidade de fim dessa “ajuda”, contribui muito pouco para a emancipação do ser humano.

Enfim, “cidadania emancipada” é o termo proposto por Demo para caracterizar a cidadania que defende, definida como “competência essencial humana [...] de fazer-se sujeito, negando aceitar-se como objeto” (DEMO, 1995, p. 133). Para o autor, aquele que não atinge tal cidadania acaba por ser excluído da sociedade, sem que isso perceba, aceita a injustiça sem reagir, e permanece massa de manobra, como se ser manipulado pela elite fosse apenas condição histórica, e não o embate constante de forças. Apesar de concordar com o termo sugerido por Demo, seguiremos utilizando apenas “cidadania”, entendendo que uma vez compreendida qual significado damos à palavra, escrever “cidadania emancipada” seria quase que uma redundância.

Pedro Demo trata ainda de outros assuntos, relacionados a discussão sobre cidadania, que acreditamos interessante e pertinente a esse trabalho. O autor se preocupa em falar sobre Estado, Neoliberalismo, e a própria Educação. Primeira reivindicação do autor é que o Estado cumpra seu papel. Se as pretensões anarquistas de eliminação do Estado já estariam superadas, ainda se deve manter a luta para que tal Estado se mantenha legítimo, democrático e de serviço público.

Fala-se sobre luta pois o Estado não tem cumprido tais papéis, especialmente dentro da lógica do neoliberalismo onde, segundo o autor, usa-se as “leis de mercado” como uma forma de

artifício ideológico que busca tornar o lucro fácil e desimpedido algo intocável, à revelia dos direitos fundamentais do homem. Sob este pensamento, a ordem natural das coisas passa a ser as “relações de mercado”, tornando a marginalização das maiorias algo normal. Aqui, se pode observar muito claramente o papel do Estado dentro deste sistema, afinal suas políticas sociais têm como único objetivo evitar conturbações no mercado, e não a equidade.

3 Escola e Cidadania

Já foi dito que as escolas têm utilizado muito o termo cidadania, sempre que lhe é possível. A busca pelo desenvolvimento do aluno cidadão consta em muitos programas escolares. Mas como de fato essa cidadania é trabalhada? Difícil dizer. Ponto inicial e fundamental é saber que, ainda que não se tenha consciência disso, alguma concepção de cidadania está sendo trabalhada. A ausência de posicionamento sobre um dado assunto é uma forma de se posicionar sobre ele.

Pois bem, o entendimento sobre de que cidadania está tratando a escola poderia ser feito através, por exemplo, de pesquisas de campo, quando se poderia observar o cotidiano de um número mínimo de escolas, e buscar, por trás dos acontecimentos diários, quais manifestações de cidadania surgem. É possível seguir por outro caminho, e buscar entender qual a inserção e o significado das instituições escolares na atual sociedade, e daí derivar uma noção de que cidadania se tem falado. Ambos os caminhos com prós e contras. Aqui nos atentaremos mais na questão da instituição escolar, o que não significa que as experiências ocorridas durante os anos de formação não influenciem a visão sobre a escola (apesar do extrato muito pequeno, foi possível conviver e conhecer algumas escolas, de onde é possível levantar suposições).

Para se entender a escola, há de se entender a sociedade em que está inserida. Conhecer a dinâmica política, social e econômica de um determinado sistema, permite entender também as partes que lhe compõem. Atentar-nos-emos aos fatos que, mais claramente, conturbam a construção da cidadania que aqui se busca defender, e para tanto utilizaremos mais uma vez os estudos de Pedro Demo, incluindo também as ideias de Cristovam Buarque.

Consolidadamente, vivemos em um sistema capitalista. Notadamente, a opção governamental é pelo neoliberalismo. Nesse cenário, para Demo:

“as leis de mercado funcionam tipicamente como artifício ideológico para estabelecer a intocabilidade do lucro fácil e desimpedido, à revelia de todos os direitos humanos fundamentais. Quando a ordem natural das coisas são essencialmente as relações de mercado, a marginalização das maiorias será

normal, e as políticas sociais a elas dirigidas não se destinam à equidade, mas a evitar a conturbação do mercado” (DEMO, 1995, p. 138).

Esse trecho tem grande relação com termo não-cidadão, já apresentado, entendido como o indivíduo excluído da sociedade de que faz parte, sendo produzido pelo próprio sistema em que vive. Mais do que isso, esse sistema neoliberal atinge culminância notável uma vez que se dedica ao conhecimento inovador, pois encontrou nesse ponto a arma mais decisiva na fabricação da ignorância: o “conhecimento apenas comprometido com a inovação competitiva, não com a cidadania” (DEMO, 1995, p. 151).

As contribuições de Cristovam Buarque também caminham muito nessa direção, tratando mais especificamente das questões econômicas. Para o autor se construiu, espalhou e arraigou, uma concepção única para o progresso: o econômico. A busca é, a par de tudo, a constante elevação, tanto da eficiência produtiva, quanto da oferta de bens econômicos à população. A partir dessa visão única, as definições de soberania, justiça e até mesmo beleza, estão subordinadas ao progresso no seu sentido material. Até mesmo, como destaca Buarque, desenvolve-se uma visão de um destino comum para os homens. Destino esse que se consolidaria no exemplo dos países do Norte. Tanto que “perder o norte, é perder o rumo certo... O rumo do progresso” (BUARQUE, 1991, p. 15).

O que isso tem a ver com a escola? Muito. Há de se perceber que *inovação competitiva e progresso* são apenas alguns dos ideais característicos do sistema capitalista e que também se reproduzem na escola. O grande número de atividades, a otimização do tempo, a busca não pelo fazer livre, mas sim pelo mais adequado, o entendimento das engrenagens sociais, mas sem seu questionamento e, acima de tudo, a nenhuma participação do aluno na construção daquilo que se aprende, são outras formas de se perceber que a mesma lógica que rege o sistema, rege a instituição escolar (desnecessário destacar que, claro, existem casos e casos; o que se busca aqui é uma visão sobre a instituição, e não sobre as especificidades das diferentes escolas que existem).

Inegável dizer que existe uma preocupação com a educação de qualidade. Mas dentro do sistema neoliberal, esse apreço restringe-se à capacidade inovativa pela via do conhecimento, preferindo sempre, retomando o pensamento de Demo, competência técnica à competência política, entrega-se o aparato necessário a boa inserção no mercado (a todos?), mas não se entrega aquele capaz de superá-lo.

Melhor que superá-lo, seria dizer humanizá-lo, tendo a cidadania como seu regulador básico (DEMO, 1995). Corrobora, a proposta de Cristovam Buarque, que defende uma reinvenção do progresso, uma nova formulação em que sejam incorporados valores éticos, entre eles, a constante ampliação do horizonte de liberdade do homem (BUARQUE, 1991). Vale dizer que em nenhum momento a intenção é tornar a classe de alunos um centro de militantes esquerdistas, o objetivo é o trabalho *também com* o desenvolvimento da educação política, do reconhecimento do aluno como responsável pelo mundo em que vive, seu entendimento sobre a estrutura social, e a tomada de consciência sobre sua influência sobre ela. Desde já, deixamos claro que em nenhum momento se defende que as aulas sejam ostensiva defesa de ideologias, afinal, como diz Pedro Demo, “ideologia, de si, não produz competência inovadora”.

Enxergamos assim uma instituição escolar que está preocupada sim com qualidade, com uma boa educação para os alunos. Contudo, atrelada ao sistema de que faz parte e controlada por uma elite dominante que tem como única preocupação a manutenção de seu poder, a escola não poderá se caracterizar como um espaço de “cidadanização”. A qualidade buscada, mesmo que entendida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais como construção da cidadania, não alcançara o chão das escolas, pois não lhe será dada a verdadeira possibilidade de tornar esse um objetivo verdadeiro. Afinal, escreve-se um documento belíssimo, mas ao mesmo tempo se desvaloriza o professore, deixa que as escolas se deteriorem, e criam-se provas, avaliações, onde certamente o que se pede não é uma atuação cidadã, mas sim uma determinada quantidade de conhecimentos acumulados.

Mas, felizmente, a educação está em crise. O felizmente cabe a nós, que vemos nas crises os maiores momentos de possibilidade inovativa e abertura para a mudança. Já a afirmação sobre a crise da educação é de Mário Sérgio Cortella, autor que, pensamos, pode contribuir na reflexão que aqui vai sendo construída.

Para o pesquisador, a crise da educação não é algo apenas atual, teria suas raízes no tempo da República, e desde então seria algo inerente à vida nacional, graças a uma justiça social ainda nada compatível com a riqueza produzida no país. Diz também que tal crise não é privilégio da Educação, pois todos os setores sociais viveriam sucessivas e contínuas crises. Tal processo se dá, segundo o autor, por uma série de fatores que acabaram por expulsar a população rural em direção aos grandes centros urbanos, sem que isso fosse acompanhada por um aumento dos investimentos nos setores sociais. Para Cortella, tal investimento teria sido, na verdade, reduzido

drasticamente, causando dois fenômenos: “o colapso dos serviços públicos como educação e saúde (com seu inchaço despreparado) e a progressiva ocupação deles pelo setor privado da economia” (CORTELLA, 2008, p. 13).

Sem nos alongar nesta crise que vive a educação (constantemente), partimos para algumas contribuições de Mario Sérgio sobre a escola e sua necessária transformação, que pensamos se aproximar do conceito aqui utilizado para definir cidadania. Para o autor, é preciso parar de se utilizar medidores antigos para avaliar uma escola que está em constante modificação, “é preciso pensar uma *nova qualidade* para uma *nova escola*” (CORTELLA, 2008, p.14. Grifo do autor).

Essa nova qualidade não poderia mais estar atrelada a índices de rendimento unicamente daqueles que freqüentam a escola, mas sim pela diminuição drástica da evasão e pela democratização do acesso. Por sinal, este deve ser, para o Cortella, o objetivo final da Escola Pública: democratizar o saber, permitindo que pessoas de todas as idades acessem o conhecimento universal acumulado, podendo apropriarem-se dele. Tal processo não deve ser nem impositivo, nem restrito ao conhecimento erudito; ao mesmo tempo em que também não pode se entregar ao pragmatismo, acreditando que as escolas freqüentadas por trabalhadores devem servir apenas para se ensinar a trabalhar. Como conclui o autor, a escola deve possibilitar aos alunos “uma compreensão de sua própria realidade e seu fortalecimento como cidadãos, de modo a serem capazes de transformá-la na direção dos interesses da maioria social” (CORTELLA, 2008, p. 16).

Nessa nova escola, certamente abre-se mais espaço para o trabalho com a cidadania. Mas e no que se refere ao trato e a construção do conhecimento em si? Dentro de uma escola que permite e vislumbra a construção da cidadania, como mexer especificamente com o aprendizado? Para responder tal questão, recorreremos a Demerval Saviani, e suas elaborações sobre a possibilidade de caminhar de um senso comum até a consciência filosófica.

“Passar do senso comum à consciência filosófica significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, intencional, ativa e cultivada” (SAVIANI, 1982, p. 10).

Para o autor, o senso comum seria a compreensão intrínseca à mentalidade popular, enquanto que a consciência filosófica seria mais universalizada e com alto grau de elaboração. Parte-se de uma realidade para alcançar, não outra, mas a mesma realidade, agora pensada, refletida e apropriada. A visão que se tem inicialmente pode ser considerada sincrética, é o ponto de partida, construído através apenas do dia a dia. O que busca-se é uma visão sintética do mundo, que compreende uma outra conceituação sobre a realidade, e exigem um olhar crítico e refletido sobre o mundo. Acreditamos que trabalhar nesse sentido, é também trabalhar para o desenvolvimento do aluno cidadão.

4 Educação Física e Cidadania

Como foco central desse trabalho, a disciplina escolar “educação física” merece especial atenção. Refletir sobre sua atuação com relação à cidadania depende de uma compreensão mais ampla sobre seu papel. E isso só pode ser feito, levando-se em conta quais papéis históricos foram assumidos por essa disciplina. Para tanto, buscaremos as solidificadas contribuições de Lino Castellani Filho.

Mais do que reproduzir reflexões amplamente difundidas e reconhecidas, se faz necessário lançar um olhar sobre os dados históricos, dando especial atenção ao tema que aqui nos interessa, para poder encontrar novas observações. Afinal, como nos mostra Adam Schaff, a própria história não se faz do empilhamento de conhecimentos imutáveis, mas sim da constante reinterpretação desses saberes, sendo que tal interpretação sempre está condicionada aos olhos de quem os olha:

“A fé positivista na potência cumulativa do sabe histórico que pode alcançar o estatuto de uma ciência definitivamente consolidada e acabada, cede lugar à convicção de que o conhecimento histórico é um processo infinito e que, devido ao papel ativo que nele desempenha o espírito do homem, o trabalho do historiador deve ser continuamente recomeçado” (SCHAFF, 1995, p.269).

Em sua introdução, Lino diz que “para descrevermos com propriedade a Educação Física, teríamos que despi-la das vestes por ela até então trajadas” (CASTELLANI FILHO, 1988, p.13). Acreditando que tais vestes já foram devidamente retiradas, pretendemos olhar para aquilo que se revelou, buscando entender como a cidadania tem feito parte dessa história, ainda que não fosse o modismo das épocas anteriores. Afinal, se a utilização do conceito é algo novo, suas aparições anteriores (ou suas não aparições) apresentam significados interessantes.

A primeira correlação apresentada por Lino se refere às instituições militares. É nesse âmbito, que começa a surgir a preocupação com o físico, haja vista a necessidade de homens fortes para defender a nação. Não demora para que o típico treinamento dado aos soldados sejam levados às escolas. Essa íntima relação pode ser confirmada ao ver que foi o Ministério da Guerra que em 10 de Janeiro de 1922 criaria o Centro Militar de Educação Física, que tinha,

precisamente, o objetivo de “coordenar e difundir o novo método de Educação Física e suas aplicações desportivas” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 34).

Adicionando um caráter científico, logo foram os médicos que se apossaram da “atividade física”. Uma vez disseminada a Educação Física, os profissionais da saúde a rechearam de “importância” graças a sua relação fundamental com a saúde, mais notadamente saúde corporal. Começava então a se construir uma visão de desenvolvimento do brasileiro: além de patriótico, forte e saudável. Fundamentados nos conceitos higienistas dos médicos, e de aptidão física dos militares, a Educação Física foi construindo seu reconhecimento como fundamental para o desenvolvimento do próprio país, uma vez que fornecia homens preparados para o trabalho, prontos para contribuir com o crescimento do Brasil.

Para o autor de “Educação Física no Brasil: A história que não se conta”, os chamados médicos higienistas se auto proclamavam os mais competentes para “redefinir os padrões de conduta física, moral e intelectual da ‘nova’ família brasileira” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 39). Saber se foram completamente bem sucedidos é difícil, mas certamente se construiu uma concepção de educação física que permeou os escritos dos pensadores da época, e também as leis que foram elaboradas a seguir.

O que se vê aqui, como também destaca o autor, é a elaboração de uma visão em que, com a ajuda fundamental da educação física, seria possível desenvolver o corpo robusto, forte, harmonioso, apto. O que, imediatamente, cria (ou se opõe) ao corpo inapto. Castellani Filho destaca que esse corpo relapso, flácido e doentio se tratava especificamente do indivíduo colonial, que o país (ou sua elite) buscava superar.

Ora, se melhorar o indivíduo brasileiro era o objetivo da educação física, quanto melhor para ela. Contudo, o que se faz necessário observar é que, sempre que se fala em uma melhora, se fala em um determinado sentido. Claramente, o sentido da melhora da época era aquele que traria maiores benefícios aos que se encontravam de posse das rédeas do poder.

Sendo assim, é impossível se falar de desenvolvimento da cidadania, ao menos da forma com que aqui ela é compreendida. Nesse momento histórico (final do século XIX, início do XX) não é possível observar a intenção de centralização do ser humano, dando-lhe a responsabilidade pelo processo de construção social, mas sim praticamente o oposto disso. Militares e médicos higienistas, a trabalho das classes dominantes, assumem o papel central, e não se satisfazem em

colocar o restante da população como marginalizados, mas também querem que tais indivíduos sejam moldados, reconstruídos conforme suas percepções de adequação.

Caminhamos um pouco na história, e vamos nos deparar com um país que transitava de um modelo rural-agrícola para o de características urbano-comerciais. É ao longo do século XX que a maior parte da população se muda do campo para a cidade, com o intuito de ocupar os muitos empregos gerados pela industrialização do país. Não demora para que, segundo Castellani Filho, se percebesse que a presença marcante do analfabetismo era um dos obstáculos impostos à modernidade. Assim, as atenções se voltam para a educação. Surgem então os “ensinos profissionalizantes”, que buscavam suprir a necessidade das fábricas. Vale destacar que, tal ensino, era dedicado às camadas menos favorecidas da população, enquanto que um outro conjunto de escolas propiciava a formação das elites (CASTELLANI FILHO, 1988).

A preocupação com a educação física vem como consequência seguinte. Pois, conforme revela Lino, a mentalidade que começa a se construir é a de que, além de educar a população, era preciso também torná-la e mantê-la saudável. Afinal, enfrentar as longas jornadas de trabalho, em situações muitas vezes insalubres, exigia um indivíduo bem condicionado e preparado. Comprova-se tal intencionalidade, quando se verifica quais eram as pessoas dispensadas das aulas de educação física, como muito claramente aborda os estudos de Castellani Filho (mulheres com prole, trabalhadores, pessoas com deficiência, e outros).

O significado e a importância da educação física se tornam bastante claras. Lino resume assim tal papel:

“assegurar ao processo de industrialização implantado no país, mão-de-obra fisicamente adestrada e capacitada, a ela (*educação física*) cabendo cuidar da preparação, manutenção e recuperação da força de trabalho do Homem brasileiro” (CASTELLANI FILHO, 1988, p.81).

Se o objetivo é novo (preparar para o trabalho urbano, e não apenas como modelação de indivíduos), o resultado não se modifica significativamente. Agora não apenas a ideia de centralização do ser humano fica completamente distante, mas observa-se a necessidade de que, tal indivíduo, colocado a margem da sociedade, seja moldado, bem como tenha seu físico adestrado, ao trabalho nas fábricas. A mudança é sutil, mas importante: se antes se buscava uma

ordem social, higienização da população, adequação aos modos “burgueses” (pode-se dizer), agora aflora um adestramento explícito, com o intuito de, não apenas adequar o trabalhador ao empreendimento que a elite desejar, mas também gerar o maior lucro possível aos seus senhores.

Aos poucos, conforme se consolidava a nova estruturação brasileira, centrada na área urbana, na industrialização, e no trabalho fabril, a adequação do corpo começava a ser desnecessária, pois os novos trabalhadores já eram “filhos das fábricas”. A educação física começa então, novamente, a modificar seu papel (ou a ter seu papel modificado). Ora, se os corpos da massa já estavam acostumados àquilo que se precisava, e a possibilidade de aumento da produtividade a partir da adequação desses corpos já se esgotava, era preciso se atentar então ao tempo que o trabalhador passava fora da empresa.

Sendo assim, crescem as atenções sobre o “tempo-livre”. Como mostra Castellani Filho, nesse momento a intenção era “orientar a ocupação do tempo de não-trabalho do trabalhador, no sentido de relacioná-lo, ainda que indiretamente, ao aumento de sua capacidade de produção” (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 95). Nasce assim uma grande preocupação com o lazer, com as atividades que poderiam ser desenvolvidas pela população, enquanto esta ficasse fora da fábrica.

Se antes, os cuidados com a plantação se estendiam ao longo de todo o dia, ou a confecção de determinado produto exigia o cumprimento de etapas, todas elas a cargo do mesmo indivíduo, agora o empregado fabril deve preocupar-se com apenas uma etapa, e por um período determinado. Nada, além disso, cabe a ele. Logo, a ocupação desse recém criado tempo livre de trabalho, começa a se tornar um problema. A ideia sobre a necessidade de praças, clubes, parques e, quanto mais, academias, não nasce junto com o trabalho, mas sim como alternativa institucionalizada à inutilidade do tempo livre.

Começa assim um novo momento para os esportes, para o lazer (e logo chegaremos à educação física escolar). Propaga-se a preocupação com o corpo, ou melhor, com a saúde. Constroem-se parques, organizam-se campeonatos, onde os trabalhadores pudessem preencher seus momentos fora da fábrica, com atividades que, afinal, eram prazerosas, saudáveis, tranquilizadoras; forjadas, moldadas e organizadas. Como diz Lino, desenvolve-se a ideia, extremamente útil à elite, de um tempo livre de trabalho, mas ainda vinculado a ele. Comprometido com a produtividade, sem que fosse necessário pagar aos trabalhadores pelas horas que passava jogando futebol. Lazer como ferramenta útil ao trabalho.

Evidentemente, não demora para que essa visão sobre esse “tempo para atividades desportivas” se vincule à educação física. Como bem demonstra Lino, constrói-se uma nova visão sobre a importância dessa “área do conhecimento”:

“Esta é a nova filosofia de vida e para ela pretendemos orientar nossa gente pela Educação Física. Ela nos proporcionará um desenvolvimento muscular mais amplo, uma capacidade pulmonar maior, a circulação mais ativa e a função digestiva mais regularizada, em síntese, o equilíbrio orgânico. Intelectualmente, ela solucionará situações variadas que requerem raciocínio, atenção, iniciativa, controle, memória e julgamento. Entretanto, assume maior importância, avulta como meio de transformação do indivíduo em cidadão útil à coletividade (...). Ela disciplina emoções, forja a personalidade, desenvolve o caráter e as demais qualidades que o elegem padrão de moral, de dignidade e de virtudes” (CASTELLANI FILHO, apud ROLIM, 1942, p. 87).

Peço ao leitor que releia o trecho da citação acima que vai do primeiro ponto final até as reticências entre parenteses. E o faça pensando se já não leu coisa parecida antes. Proponho essa releitura por pensar que, nesse trecho destacado, é possível encontrar, claro que de forma resumida, muitos pontos que estão presentes em vários projetos (políticos)-pedagógicos, ou mesmo em propostas curriculares, da disciplina de educação física. Nesse trecho estão resumidos muitos dos fundamentais valores das atividades físicas, muitos dos alicerces das propostas educacionais para a “disciplina que não reprova”. A questão é que, o que se segue após as reticências, é aquilo que está escondido, é aquilo que sorrateiramente passei por detrás dos discursos pré-moldados e sem reflexão. E como disse o poeta Carlos Queiróz: “Ver as coisas por fora / é fácil e vão! / Por dentro das coisas / é que as coisas são!”.

Assim nos aproximamos dos tempos atuais. Entendendo a história como processo, não se pode dizer que hoje, exista uma única educação física. É certo que esses momentos apresentados, e outros tantos omitidos, se misturam para formar aquilo que hoje se pensa sobre a área. Há, por certo, professores militares aplicando métodos de treinamento em turmas divididas entre meninos e meninas. Há também, professores que buscam aperfeiçoar os movimentos esportivos de seus alunos/atletas, moldando corpos eficientes e dóceis. Há escolas de ponta que pensam estar no

nível mais avançado da educação física enviando seus alunos às academias mais nobres. Há isso, e há também muitas outras abordagens, inclusive várias delas muito positivas.

Mas, entendendo que se faz necessário generalizar para que se possa estudar (as exceções sempre existirão, e jamais devem servir como questionamento a uma teoria) é preciso buscar entender como a tão falada cidadania se faz presente nas aulas de educação física hoje.

Primeiro ponto, o processo histórico é fundamental. Entendê-lo permite, ao menos, construir certa compreensão sobre o assunto. Segundo, é preciso tentar refletir sobre o momento atual, buscando entender o papel da educação física, para em seguida tentar extrair a concepção mais comum sobre a cidadania, principalmente através do como se trabalha durante as aulas. Tal elaboração poderia ocupar todo um outro trabalho, devido a sua amplitude e muitos desdobramentos. Por isso, o que se segue são apenas reflexões construídas através das discussões nas salas de aula da graduação, dos textos lidos, e das experiências de estágio, que levaram a construção de uma determinada visão sobre a educação física que, esperamos, se aproxime da realidade.

Partimos de um ponto positivo: a educação física escolar parece, ao menos, sedimentada. É obrigatória por lei no ensino fundamental, como disciplina curricular integrada ao projeto político-pedagógico da escola. Também é sempre lembrada nos documentos lançados pelos governos, sejam eles federais ou estaduais (a concepção trazida por tais documentos, obviamente, pode ser discutidas). O que não acontece porém com ensino infantil, que como um todo não está ainda completamente estruturado, nem no ensino médio, onde ainda que a existência da aula de educação física não seja opcional, abrem-se as mais perigosas brechas para associações errôneas (educação física escolar = academias de ginástica).

Há de se considerar outros dois pontos interessantes. Os alunos ainda gostam muito das aulas. Talvez por ser momento único de maior liberdade e manifestação, especialmente corporal, enquanto que ao longo de todas as outras horas escolares os alunos estão confinados às suas pequenas mesas e cadeiras, onde precisam se concentrar naquilo que não lhes interessa e o menor movimento (manifestações corporais) são encaradas como indisciplina (e ainda há aqueles que defendem a educação física sem aulas práticas, sem movimento).

Outro fato é que o Brasil, nessa segunda década dos anos 2000, é a capital esportiva do mundo. Com a vinda da Copa do Mundo, e dos Jogos Olímpicos, *um dos temas* pertinentes à educação física, estará em alta. Prato cheio para os professores da área desenvolverem inúmeras

atividades (ainda que a forma com que defendemos que tais eventos sejam utilizados seja quase que oposta a abordagem que os governos, e muitas pessoas, seguramente defenderão: momento ideal para encontrar e desenvolver talentos esportivos). Mas a ampla exposição de um assunto relacionado a determinada área do conhecimento, é sempre interessante.

Voltando-nos para os problemas, acreditamos que a questão mais preocupante da educação física já tenha sido citada, que é a abordagem, a visão sobre qual é o seu papel. Sendo que o mais preocupante dos problemas é, precisamente, a falta de compreensão de que há uma visão de mundo e um objetivo por trás das divertidas aulas na quadra. O famigerado “rola a bola” não preocupa pela concepção de educação que apresenta, mas exatamente por acreditar não ter concepção alguma. *Apenas*, momento de fruição de um tempo “livre”, extensão do recreio, é talvez a manifestação mais preocupante, pois aonde aparenta não haver transmissão de valores, há. Sem a consciência sobre a presença de tais valores, a simples reprodução social é quase inevitável. E o aprendizado, objetivo fundamental da escola, não é nulo (antes fosse). Ele caminha para a irrestrita manutenção da estrutura social, e todos seus inúmeros problemas evidentes.

Acreditamos, temendo, que essa visão ainda domine a educação física. Pois ela não se encaixa apenas ao educador (poderá ele ser chamado assim?) que solta a bola de futebol em quadra para que os meninos bons joguem futsal, enquanto as meninas e meninos ruins, ficam sentados no lado de fora do campo de jogo, ou se entretêm brincando com a bola de vôlei. O professor simpático e animado, que conversa sobre futebol com seus alunos, que organiza campeonatos, e que varia as atividades (futebol, vôlei, basquete, handball, e queimada), participando do jogo com os alunos, que o adoram, também está, apenas, “rolando a bola”.

Há ainda diversas outras formas de atuação dos profissionais da área. Há os esportistas que, totalmente “incentivados” pela escola, optam pelo trabalho direcionado aos esportes mais conhecidos, buscando desempenho e habilidade. Também há os notadamente recreacionistas, que acreditam ser a aula de educação física momento de diversão e relaxamento (não que não possa ser *também* isso). Enfim, são vários olhares que levam a formas de agir distintas. E não é nesse ponto que buscamos tocar, afinal tais variações são essenciais ao homem (naturalmente diferentes entre si). Mas sim refletir sobre o que vem moldando tais olhares, crentes de que com uma base bem estruturada, séria e valiosa, os variados olhares resultarão aulas interessantes.

5 O Papel da Educação Física na Busca Pelo Aluno Cidadão

Construída uma noção básica sobre de que cidadania estamos falando, e realizada um breve reflexão acerca do processo histórico que relacione a educação, e a educação física, com o aluno cidadão, alcançamos enfim o ponto central desse trabalho, que buscará elaborar um pensamento que tem como questionamento básico: como a educação física pode ajudar no processo de desenvolvimento da cidadania?

Primeiramente, é preciso ter claro que, como nos aponta Roberto Romano, o cidadão “jamais brota da natureza: ele é formado num longo processo educativo, para aprender a relativizar seus desejos e seus impulsos tirânicos” (ROMANO, 1997, p. 196). A incursão desse autor sobre o tema de destaque desse trabalho segue muito mais no sentido da filosofia, refletindo sobre a concepção de que cidadania seria uma questão de costumes, e bem por isso, motivo de discussão sobre ética. Se atenta no que se refere a atuação dos governantes sobre seus governados, e o poder despótico que se funda numa visão distante da cidadania. Constrói uma série de reflexões complicadas e interessantes, mas que não serão incluídas nesse trabalho. Ainda assim, pensamos ser fundamental adicionar essa referência.

Seguindo, acreditamos que para não cair em uma abordagem já aqui criticada, não se pode partir apenas da disciplina escolar educação física para a elaboração da reflexão sobre suas possibilidades no desenvolvimento da cidadania. Afinal, ela está associada a escola como um todo, respondendo aos interesses e intencionalidades de toda a instituição. Segundo nosso entendimento, o trabalho que melhor dialoga com essa questão abrangente é aquele elaborado em 1992 pelo Coletivo de Autores¹. Até mesmo porque esta monografia compartilha e utiliza muitas das definições e reflexões elaboradas pelo renomado grupo de pesquisadores.

Muito do que define a atuação dos professores dentro de determinada escola está (ou deveria estar) relacionado ao projeto político-pedagógico dessa instituição. Segundo o Coletivo tal projeto é político uma vez que “expressa uma intervenção em determinada direção” (SOARES

¹ Coletivo de Autores refere-se ao livro Metodologia do Ensino de Educação Física, escrito em 1992 por doze mãos. Os pesquisadores Carmen Lúcia Soares, Celi Taffarel, Valter Bracht, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Elisabeth Varjal se reuniram para o trabalho de elaborar uma nova visão sobre a educação física. Apesar da referência seguindo os padrões, o próprio grupo sempre preferiu ser referenciado como Coletivo de Autores

et al, 1992), e é pedagógico pois busca refletir e elucidar as determinações que levam os homens a agirem de determinada forma sobre a realidade, ou seja, busca explicar, de alguma forma, as ações do homem no mundo.

Uma vez dentro da escola, isso não pode ser feito através da transmissão do conhecimento científico. É preciso que haja um “tratamento metodológico” que facilite a compreensão do aluno sobre tal conhecimento. Por tanto, não se pode pensar que todo conhecimento existente pode ser acessado diretamente pelo aluno, pois se fosse assim, não seria necessária a escola. Há de se entender que o aluno tem, sempre, um conhecimento prévio sobre a maioria dos assuntos, e isso precisa ser levado em conta, mas cabe ao professor apresentar novas possibilidades de compreensão sobre a realidade; e isso deve ser feito de uma maneira pensada, refletida e testada, para permitir que o aluno entenda essa outra forma de olhar o mundo. Mas, como destaca o Coletivo, não é o entendimento o objetivo final, mas sim a reflexão, que deverá ser o objeto central de um currículo escolar. Bem entendido que, para refletir é preciso entender.

O livro “Metodologia do Ensino de Educação Física” nos traz ainda aqueles que seriam os eixos centrais desse currículo. Uma vez acordado que tal elaboração deve se capaz de construir uma reflexão pedagógica ampliada e que seja comprometida com os interesses das camadas populares, pois certamente, um pensamento que esteja vinculado a outros interesses não concordará com tais eixos, o Coletivo nos apresenta “a constatação, a interpretação, a compreensão e a explicação da realidade social complexa e contraditória”, como eixos centrais do currículo escolar (SOARES et al, 1992).

A partir dessas reflexões, fica claro qual deve ser o papel do professor/educador. Cabe a ele construir, em conjunto com os alunos, os saberes necessários a uma apreensão da realidade, seja do local onde vivem, do bairro que moram, do país que habitam, ou mesmo do mundo, como um todo, buscando refletir e discutir que realidade é essa, como ela foi formada, por ordem e trabalho de que interesses e, por fim, qual a possibilidade de intervenção sobre essa realidade. E nesse caso, o discurso é mais complicado do que a prática revela, afinal não se faz necessário que todos os alunos saiam da escola capazes dessa total compreensão da realidade. Acontecerá de alguns não se interessarem, ou mesmo não entenderem, mas o fundamental é que esse objetivo esteja claro como eixo fundamental do processo escolar, e ao longo desse processo, todos os alunos sejam convidados e incentivados a participarem da construção desse conhecimento, na

busca de um mundo mais justo e igualitário. Na nossa visão, não há porque haver educação se não sob essa égide.

Mantendo o olhar direcionado para o todo escolar, e com a fundamentação trazida pelo Coletivo de Autores, partimos para três pontos que, segundo os autores, influem sobre a dinâmica do currículo escolar. Esses pontos deixam bastante claro a relação indissociável entre as disciplinas específicas e o universo escolar como um todo. Para os autores, o “trato com o conhecimento” é o primeiro pólo de interferência sobre o currículo, uma vez que cria as condições para que ocorra a assimilação e a transmissão do conhecimento escola (SOARES et al, 1992). Outro pólo é a própria organização escolar, com seus turnos, sessões, encontros e horários, que também transmitem “educação”. O terceiro pólo também diz respeito à dinâmica da instituição escolar, pois se refere a suas normas e padrões.

Pois bem, esses três pólos, como dizem os autores, podem estar em um mesmo compasso, ou em dissonância. Uma situação que pode exemplificar esse descompasso seria: um professor, de qualquer matéria, trabalha a questão da compreensão da realidade e da possibilidade de sua modificação através de ações conscientes e efetivas de um grupo. Mas ao questionarem, por exemplo, o uso do boné em sala de aula, esses mesmo alunos são repreendidos e desestimulados. Claramente, provocar-se-á uma confusão de entendimento nesses alunos. E o pior, o temor, graças a ameaças de suspensão ou conversa com os pais, sempre será uma informação mais efetiva do que sejam lá quantas forem as horas de conversas, discussões e reflexões.

Fica assim evidente que não cabe a apenas um ou dois professores o desenvolvimento dos conceitos aqui compreendidos como o grande tema cidadania. Há muitos mais fatores envolvidos, e que precisam estar minimamente em conformidade para que se busque efetivamente o desenvolvimento do aluno cidadão. Contudo, não é por fazer parte de uma instituição que não compartilha dessa visão, que o profissional de educação física não poderá atuar conforme suas verdades e interesses. Afinal, (ainda) não se pôs uma máquina como substituta do professor de sala de aula, e exatamente por isso que, ao contrário do que muitos defendem, o que esperamos é que esse indivíduo carregue consigo tudo aquilo que pensa e defende. O fundamental é, e deverá sempre ser, a construção do conhecimento, sendo ele o mais amplo e abrangente possível. Mas jamais, a educação poderá ser um processo neutro, afinal, como nos fala o renomado educador Paulo Freire “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra” (FREIRE, 1996, pg. 77).

O professor comprometido com os ideais aqui discutidos tem também o dever de atuar no espaço que vai além da sua aula, numa esfera maior. Deve sempre apresentar e discutir sua forma de enxergar a educação, e principalmente sua forma de conceber a educação física, sendo esse um momento fundamental de reflexão e conscientização. Cabe ao professor, e aqui nos referimos ao responsável pela disciplina de educação física, ter em mente a intencionalidade do projeto político-pedagógico da escola, respeitando-o, mas também deve carregar consigo aquilo que lhe é particular. E é na construção dessa singularidade, em discussão constante com as outras visões de educação, que as diversas abordagens e linhas teóricas devem nos ajudar.

Por isso mesmo, retomamos o livro “Metodologia do Ensino de Educação Física”, iniciando o processo de afinilamento, até que alcancemos o trabalho específico dentro de uma aula de educação física. Antes, é preciso passar por outros temas trazidos pelo Coletivo de Autores. A necessidade de distanciamento daquilo que é entendido como modelo tradicional de educação se faz claro se concordamos que, tal modelo, tem servido a uma determinada visão de mundo que já não compartilhamos. Para uma nova concepção de vida em sociedade, há de se buscar uma escola também (re)nova(da).

Primeiro ponto fundamental do qual o Coletivo busca se distanciar é o modelo etapista que rege a educação atual. Para os autores, tal abordagem do conhecimento, dificulta a compreensão da realidade na sua totalidade. Uma vez que fala dos mais diversos assuntos de forma separada, permiti ao aluno apenas uma visão fragmentada do mundo, pois não é dado a ele os fundamentos necessários para que possa relacionar os conhecimentos com os quais tem contato, e assim se aproximar de uma visão mais completa sobre o conteúdo que está estudando.

Por isso, o Coletivo de Autores defende um ensino de forma espiralada, ou seja, defende que os mais diversos conteúdos escolares devem ser tratados, inicialmente, de uma forma mais ampla, sendo em seguida aprofundados gradativamente, aumentando o conhecimento do aluno sobre aquele determinado fato. Utilizemos um exemplo da área agora: nas séries iniciais, e partindo daquilo que os alunos já sabem, é possível falar sobre futebol de um modo determinado, com pequena abrangência e quase nenhum aprofundamento. Nesse primeiro estágio o fundamental é que a criança olhe para o fenômeno. Mais adiante, é possível lançar algumas reflexões, iniciando um processo de comparação entre o futebol que ele vê, e o futebol que ele pensa. Em seguida, já se pode construir um pensamento teórico sobre tal esporte, quando o aluno

estabelece suas opiniões e argumentos sobre aquilo que estuda. E no passo seguinte, essa compreensão pode ser aprofundada, ocorrendo uma sistematização do conhecimento.

Todo esse processo utilizado no exemplo acima está descrito pelo Coletivo de Autores, em uma divisão que chamaram de “níveis de escolarização” (SOARES et al, 1992). Tais níveis foram divididos entre as antigas séries, e se atualizados ficariam assim: do 1º ao 4º ano, quando ocorre a organização da identidade dos dados da realidade; 5º ao 7º ano, sendo esse o ciclo de sistematização do conhecimento; do 8º ao 9º ano, responsável pela ampliação das referências conceituais sobre determinado conhecimento; e por fim, o Ensino Médio, quando ocorre o aprofundamento da sistematização do conhecimento, permitindo a explicação e compreensão de que existem propriedades regulares e comuns aos objetos.

Essa é, talvez, uma das ferramentas mais importantes trazidas pelo Coletivo de Autores. É a partir desse entendimento sobre o processo de ensino-aprendizagem que se pode, efetivamente, construir um plano de ensino que seja completamente diferente do tradicional, mas que ao mesmo tempo não pode ser tachado de inaplicável. O ensino através de uma visão de totalidade do mundo requer essa abordagem espiralada do conhecimento, permitindo ao aluno olhar para o mundo a sua volta e entendê-lo, ainda que de forma parcial (sabendo que todo conhecimento é parcial, por mais aprofundado que esteja).

Pensamos que, graças ao Coletivo de Autores, nos é concedida uma drástica abertura de conhecimentos e possibilidade dentro da educação física escolar. A partir de uma abordagem diferenciada é possível ir muito além da simples análise sobre erros e acertos que ocorrem durante uma prática física. Num jogo de vôlei, para utilizar o mesmo exemplo trazido pelo Coletivo, podemos pensar que erros e acertos, e a reação dos alunos perante eles, não estão relacionados apenas a aspectos técnicos e táticos, mas também a muitos outros, tais como valores éticos, vontade coletiva, valores morais e políticos, habilidade e domínio técnico; sendo esses também conhecimentos que devem ser de competência do professor de educação física, para que possam ser discutidos, analisados e refletidos pela turma.

E não paramos por aí, afinal há ainda outras técnicas (não existe apenas uma forma de cortar, passar ou levantar), outras táticas, outros espaços físicos, outros materiais, outros processos pedagógicos, outras relações pessoais. E tudo isso precisa entrar na pauta da educação física, para que deixemos de ser reféns das aulas que são momentos de lazer, extensão do recreio, liberação das energias para que haja mais controle durante as disciplinas que ocorrem dentro da

sala. Já é tempo dos profissionais da área perceberem que já foi construído um conhecimento que lhes é de competência, e que esse é um conhecimento amplo, profundo e importantíssimo, e que precisa ser levado para todos... Afinal, têm o direito de apreender algo que foi por eles construído.

Incluimos ainda três observações que pensamos importantes. A primeira, ainda advinda do Coletivo de Autores, faz um preciso resumo sobre o momento (ainda) atual da educação física

“na prática pedagógica da Educação Física: o significado é a meritocracia, a ênfase no esforço individual. A finalidade é a seleção. O conteúdo é aquele advindo do esporte, e a forma são os teste esportivos-motores” (SOARES et al, 1992, p. 42).

Acreditamos ser essa uma citação importante pois trás quatro pontos que precisam ser pensados para qualquer elaboração, seja de um currículo escolar, seja de uma única aula. Significado, finalidade, conteúdo e forma podem ser entendidos como quatro moldes por onde devem passar nossas construções de programas, de projetos e de aulas. Reveladas como têm sido compostas essas quatro diretrizes, pensamos ser mais fácil identificar onde estão os problemas, e como transformá-los no sentido daquilo que buscamos, no caso, desenvolvimento da cidadania. Ou seja, que significado preciso dar a minha aula? Qual será sua finalidade? Que conteúdo utilizarei, e de que forma? Responder essas perguntas, tendo o embasamento aqui construído, poderá indicar um caminho no desenvolvimento do aluno cidadão.

Segunda observação vem do aqui já citado autor Lino Castellani Filho, que ao falar sobre o processo de formação do aluno defende uma preocupação básica: a possibilidade de “identificar a existência de um conhecimento esportivo que não se limitasse ao ‘saber fazer’, muito menos se restringisse a um ‘saber fazer’ voltado para a busca da *performance* esportiva (CASTELLANI FILHO, 2007). Para o autor o processo educacional deveria estar voltado para a reflexão sobre o sentido e o significado desse saber esportivo, afinal é esse um conteúdo presente no dia a dia de qualquer cidadão. Por isso mesmo, esse indivíduo precisa ter sua relação com esse conhecimento constantemente redimensionado, podendo usufruí-lo a sua maneira.

Por fim, trazemos ainda a observação de Silvio Gallo. O pesquisador nos lembra que “na escola não se aprende apenas na formalidade da sala de aula, mas também na informalidade das

múltiplas relações e acontecimentos que se dão no dia a dia da vida da instituição” (GALLO, 2007). Concordamos com o autor que essas relações cotidianas são espaço privilegiado para a construção coletiva da cidadania, pois nesses momentos ela deixa de ser apenas uma abstração de direitos, e passa a ser concreta, efetiva, presente nos atos cotidianos. Pensar nesse âmbito é também papel de um professor comprometido e atento à busca pela plena condição de exercício da cidadania.

6 Cidadania Corporal e Esportiva

Caminhamos então para uma maior aproximação do planejamento de uma aula de educação física. Porém, isso não significa que se seguirão propostas prática, jogos lúdicos, conversas dirigidas que permitirão o desenvolvimento do aluno cidadão. Pois entendemos que não é preciso construir uma receita, afinal todo bom cozinheiro sabe que, com os conhecimentos básicos adequados, é possível criar qualquer prato. É bem por isso que, o que muda, é um olhar mais direto para a questão da cidadania dentro da aula de educação física.

Para tanto, buscaremos construir uma ideia de “cidadania corporal e esportiva”, uma vez que o corpo é o grande centro da educação física, e o esporte uma de suas mais evidentes e consagradas manifestações. Compreendemos que, tal cidadania, necessita de outro conceito, que chamaremos de “autonomia corporal e esportiva”, que por sua vez se constrói a partir de um questionamento que buscaremos responder: qual o conhecimento corporal/esportivo necessário à configuração da autonomia corpora/esportiva?

Certamente essa é uma questão de difícil resolução, e as conclusões aqui construídas estarão longe de compor uma resposta completa e finalizada. Como já insistimos várias vezes, pode-se falar de diversas “educações”, pode-se ter vários conceitos de cidadania, e agora inclui-se a possibilidade de muitas discussões sobre o termo autonomia. Contudo, o que buscamos é reunir pensamentos, que possam contribuir naquilo que pensamos ser um objetivo necessário para a educação: a formação de um indivíduo cidadão.

Para essa questão da autonomia, buscaremos suporte em um dos mais conceituados e renomados pesquisadores da área educacional, Paulo Freire. Suas várias contribuições para esse campo estão claramente ligadas a uma visão de escola, e de educação, diferente daquela tradicional, que vimos criticando. Suas palavras sempre foram direcionadas à busca de uma escola mais humana, e voltada aos interesses das classes dominadas. Em seu *Pedagogia da Autonomia* de 1996, segundo o próprio autor, é a “questão da formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativa-progressista em favor da autonomia do ser dos educandos (*sua*) temática central” (FREIRE, 1996, pg. 13). O que, claro está, nos vem bastante a calhar.

Contudo, ao longo da obra, poucas vezes o autor retoma o assunto, ou mesmo a palavra autonomia. Não há uma reflexão sobre o significado do termo, ou mesmo alguma consideração

sobre como seria esse indivíduo autônomo. O que Paulo Freire nos apresenta são diversos saberes que, para o autor, são indispensáveis para educadores críticos, progressistas. Sua intenção parece ser, assim como é a nossa, entregar, discutir, algumas prerrogativas que, se bem entendidas e sedimentadas, fatalmente levarão a uma atuação inovadora dos educadores. Freire lança mão de vários assuntos, defendendo conceitos e concepções que, se compreendidos e aceitos, permitirão aos professores terem uma atuação, no mínimo, diferente da tradicional e, apontada para os interesses das classes marginalizadas.

De certo, todos os saberes trazidos pelo autor são, além de muito interessantes, realmente fundamentais para uma educação que se quer diferente. Porém reproduzi-los todos aqui seria desnecessário, fora a probabilidade de, ao resumir, desgastar e fragmentar conceitos importantes. Por isso, buscaremos destacar aqueles que, segundo nossa avaliação, teriam uma ligação mais estreita com a questão da autonomia, para posteriormente relacioná-los à educação física.

Primeiro saber que nos soa fundamental é a consciência de que não é possível que exista a docência sem a discência (FREIRE, 1996, pg. 21). O autor busca destacar sua compreensão de que o processo de ensino não se iguala a uma transmissão de conhecimentos. Ele deve ser sim, uma forma de criar possibilidades para que o próprio aluno produza e construa seu saber. Talvez não haja outro saber mais relacionado à autonomia do que este. Afinal, uma vez que o professor permita ao aluno perceber que foi ele quem construiu seu próprio conhecimento, através “apenas” da contribuição e direcionamento do professor, esse indivíduo finalmente se perceberá senhor de seu próprio saber. Entenderá que seu objetivo não é apreender algo que estava de posse do professor, mas sim desenvolver um conhecimento que parte dele próprio e que, através de diferentes métodos (cabe ao professor escolher e praticar os mais adequados), vai se constituindo como um novo saber, já um pouco mais amplo e mais aprofundado, sobre algo que ele já conhecia.

Perceber-se de posse do conhecimento é passo fundamental para a constituição da autonomia, mas é algo pouco, ou talvez nada, estimulado durante as aulas de educação física. Ainda que se fuja dos tradicionais futebol e queimada, o processo de aprendizagem de outros jogos costuma seguir um padrão: o professor explica as regras, e então os alunos jogam. Se a atividade não corre bem, o professor para e inclui algumas táticas e técnicas, que facilitem o bom andamento. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando o professor estiver ensinado um esporte novo, como o futebol americano. Os alunos serão forçados a entender as novas regras e condições

do novo jogo, mas em nenhum momento são levados a pensar quais as semelhanças com os outros jogos. Que outras táticas e técnicas foram usadas, no handebol por exemplo, que se aplicam aqui? Ou seja, que outros conhecimentos eu tenho, que posso aproveitá-los, desenvolvê-los e aperfeiçoá-los para utilizar nesse novo desafio? E em quantos outros momentos deixamos de permitir que os alunos criem e recriem seus saberes, para facilitar e acelerar o processo de aprendizado, dando-lhes apenas “o conhecimento pronto” (as aspas servem para lembrar que, afinal, o conhecimento nunca está pronto).

Tal inacabamento, não apenas do conhecimento, como também do próprio ser humano, é outro saber trazido por Freire que pensamos providencial. Como diz o autor, é ao se reconhecer inacabado que se abre a possibilidade para o avanço. E é a consciência sobre isso que diferencia “o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado” (FREIRE, 1996, pg. 53). Ora, quando o aluno acredita que saber o futebol lhe é suficiente, e que a aula de dança é desnecessária, não lhe está sendo dada a possibilidade de entender que, ao saber apenas futebol, sabe uma parte muito pequena do todo que usualmente chamamos de cultura do corpo (SOARES et al, 1992). Não que seja necessário que todos os indivíduos conheçam futebol na mesma medida que conhecem dança, ou vice-versa. Mas mesmo a mínima noção sobre a existência de um determinado conhecimento é fundamental. E é na consciência de que ele pode, por sua vontade, incorporar mais daquele determinado conhecimento, que reside a autonomia.

Criticidade é outro aspecto vital (FREIRE, 1996). E segundo o autor, ela nasce da curiosidade, que seja algo como uma “inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção (...)” (FREIRE, 1996, pg. 32). Precisamente, despertar tal curiosidade no aluno vem sendo um dos maiores desafios para os professores. Inegável porém, dizer que os alunos são curiosos e questionadores, e que, o que muitas vezes acontece, é que tal curiosidade não se adequa ao projeto do professor (quando o correto, acreditamos, seria o planejamento do professor se adequar a curiosidade dos alunos; claro que também apresentando novos elementos que possam despertar tal curiosidade, afinal, não se tem interesse por aquilo que não se conhece).

Uma vez surgida a curiosidade, o autor defende sua superação, e não simplesmente sua ruptura, e acredita que esse processo “se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica” (FREIRE, 1996,

pg. 31). E aqui temos uma chance de tratar de um momento da aula de educação física, que não está relacionada exatamente ao momento da prática. Mas, como exemplo, podemos pensar no aluno que, ao final da aula, passa pelo professor dizendo para si mesmo “por que eu sempre perco?”. Não podemos negar que essa seja uma curiosidade completamente justificável. A questão é que, muitas vezes, o professor fingirá não ouvir, ou por vezes terá uma conversa particular com o aluno, dizendo-lhe que é apenas ele treinar mais e se esforçar mais que poderá vencer (e é preciso que se entenda que isso não é bem verdade). De qualquer forma, sua curiosidade não foi superada, “criticizada”, e o tal aluno encontrará suas próprias respostas, provavelmente se afastando do esporte, e quando puder se armando de atestados médicos e bilhetes da mãe.

Acontece que, sua curiosidade tem enorme significado e importância. Deixá-lo lidar com tal constatação individualmente será, possivelmente, desastroso. E bem por isso é que cabe ao professor uma breve conversa com o aluno, e posteriormente uma conversa ampla, com toda a classe, sobre o assunto. E quantas são as possibilidades trazidas por uma conversa como essa. Em conjunto com os alunos, podem ser construídos muitos conhecimentos que certamente farão diferença para a vida de todos, e não apenas do aluno que reclamava do próprio desempenho. Quanto de entendimento, até mesmo do funcionamento social, pode partir de uma simples e ingênua curiosidade, que foi satisfatoriamente superada e criticizada.

Não apenas essa reflexão sobre o conhecimento, mas Paulo Freire também defende a reflexão sobre a própria prática. Para o autor, esse processo de compreensão sobre si próprio e, principalmente, o entendimento sobre as razões que me fazem assim, transforma-me em um indivíduo capaz de mudar. Segundo o autor:

“Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador e realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar.” (FREIRE, 1996, pg. 41).

Tal processo de assumir-se tem muitos desdobramentos dentro de uma aula de educação física. Seja no simples fato de reconhecer-se menos hábil para determinada atividade (sendo capaz de entender o processo que leva a essa menor competência, bem como suas possibilidades frente a ela e, principalmente, relativizando sua importância), seja assumindo-se parte integrante de um grupo que depende de sua atuação para alcançar um objetivo comum. Isso, aliás, é incessantemente repetido aos alunos, sem que, contudo, sejam capazes de entender que o gol ou o ponto, ou a vitória, não são o único objetivo possível da coletividade. É parte fundamental da autonomia a possibilidade de perceber-se parte integrante da sociedade, e é fundamentalmente cidadania ser capaz de nela intervir.

Por fim, gostaríamos de retomar nosso questionamento inicial (qual o conhecimento corporal/esportivo necessário à configuração da autonomia corpora/esportiva?) a fim de dar-lhe uma resposta em forma de exemplo, utilizando-nos mais uma vez do pesquisador Lino Castellani Filho. Isso porque o autor nos trás o que pensamos ser uma forma muito clara de demonstrar de que forma o conhecimento pode ser tratado para que se configure a autonomia. Ao falar, como forma de exemplo, sobre a técnica esportiva, defende que não devemos perder de vista que essa técnica é um conhecimento, e que bem por isso deve estar presente na educação física escolar, mas por ser um saber que o aluno tem direito a acessar, e não por melhorar o rendimento esportivo.

Utilizando o futebol como exemplo, poderíamos dizer que as técnicas de chute, passe e lançamento até devem estar presente nos conteúdos das aulas, mas porque são movimentos construídos historicamente pelos homens, que podem ser apreendidos e modificados, e não simplesmente por tornarem o chute mais forte ou o passe mais efetivo. E se essa mudança na forma de enxergar os conteúdos da educação física é importante, o que Lino nos trás a seguir é ainda mais crucial e inovador, uma vez que defende que, quando da preparação de um campeonato, por exemplo, os alunos possam assumir outros papéis além do competir

“desejamos que todo o conhecimento necessário à organização de um evento esportivo seja entendido como patrimônio da cultura corporal a ser estendida ao acervo cultural do aluno, de modo a permitir-lhe autonomia na realização de suas competições esportivas. Mais do que isso, perceberem-se capazes de realizarem seus jogos, ainda que não automática e mecanicamente,

farão com que eles se sintam confiantes e sensíveis a possibilidade de chamarem para si a tarefa de resolução dos seus problemas, de todos eles, não só aqueles restritos ao universo esportivo” (CASTELLANI FILHO, 2002, pg. 62).

Fica clara aqui a fundamental amplitude dos conhecimentos que se busca transmitir aos alunos, bem como o tratamento pedagógico dado a esses conteúdos. Há duas preocupações aparente que norteiam esse pensamento: a disponibilização, para os alunos, dos saberes construídos historicamente relacionados ao tema central (aqui esporte, mas poderiam ser outros); e uma preocupação compromissada com a autonomia desses indivíduos. Mantendo essas duas bandeiras firmemente hasteadas, acreditamos que a educação física poderá ter uma atuação efetiva e proveitosa no desenvolvimento da cidadania.

Passamos aqui por uma série de fundamentos que, como já dito, uma vez incorporados ao pensamento e planejamento do professor certamente levará a um apontamento na direção de uma escola nova, que em muitos aspectos têm tudo a ver com a formação do aluno cidadão. E cidadania corporal e esportiva não pode ser nada além desses fundamentos, pensamentos e reflexões, aplicados aos conteúdos de competência da área de educação física, que por sinal cada vez mais vão se sedimentando (ao menos no campo da pesquisa). Esporte, dança, lutas, ginástica e capoeira (SOARES et al, 1992), são as grandes áreas de onde muitos conhecimentos, pertinentes a educação física, podem ser extraídos, discutidos e construídos. Trabalhar em busca da cidadania corporal/esportiva, nada mais é do que permitir a autonomia corporal/esportiva de nossos alunos, através do trato com os vários conhecimentos que se entrelaçam naquilo que chamamos de cultura corporal. E a partir dessa construção, transferi-la para o âmbito coletivo, em busca de indivíduos conscientes de sua importância, e capazes de modificar a própria história.

Considerações Finais

Colocar, enfim, o ser humano no papel protagonista da sociedade. Dos muitos assuntos e preocupações que se colocam nesse trabalho, essa é a maior delas. Isso porque, segundo acreditamos, quando cada indivíduo conseguir perceber-se responsável pelo mundo que o cerca, estaremos prontos para dar os primeiros passos rumo a uma nova estruturação social, mais justa e igualitária. Ter o reconhecimento sobre a própria importância, e sobre a influência de suas atitudes perante a sociedade, nada mais é do que reconhecer-se cidadão.

Cidadania que não se faz do dia para a noite. E que também se pode demonstrar como desenvolvê-la através de exemplos de aulas, ou de planejamentos. A cidadania precisa ser horizonte de todo profissional de educação, pois é a escola a instituição por onde passam todos, ou a grande maioria, dos futuros indivíduos que comporão a sociedade. A preocupação com a cidadania deve estar viva todo o tempo, mas se manifesta muito mais nos momentos de conversa, reflexão e discussão, e menos durante uma atividade ou brincadeira determinada. Bem por isso, não se trata de uma substituição dos conteúdos apresentados para a educação física escolar, nem da busca pela construção de uma nova visão sobre ela. Afinal, acreditamos que a visão trazida pelo Coletivo de Autores, chamada de crítico-superadora, dá conta de mostrar perfeitamente bem tudo aquilo que a educação física escolar pode ser, ainda que não venha sendo. A intenção com esse trabalho foi incluir uma reflexão adicional: a possibilidade de desenvolvimento da cidadania.

Como fazê-lo ainda não é algo claro, certo e sedimentado. Talvez nunca chegue a ser, pois pode se ter muitas visões sobre o verdadeiro significado do termo cidadania, assim como existem muitas visões sobre escola, sobre educação. Por tanto, muitas são as perguntas que seguem sem respostas definidas. Ao mesmo tempo, algumas reflexões surgiram e contribuíram na construção de um entendimento sobre as possibilidades da educação física escolar na construção da cidadania. Afinal, falar sobre uma cidadania corporal e esportiva, é algo que permite uma maior aproximação sobre esses dois temas que, para muitos, ainda estão muito distantes: corpo e mente, físico e intelecto.

Ora, se é possível falar sobre um determinado conhecimento, que possa ser pressuposto para o desenvolvimento de uma autonomia que permita a indivíduo organizar seu próprio campeonato de futebol em seu bairro, por exemplo, é possível falar sobre a transferência desse

conhecimento para outros âmbitos sociais. Ou seja, através da apreensão de conteúdos pertinentes à educação física (jogo, lutas, dança, esporte, circo e outros), *devidamente refletidos, discutidos e criticados*, há a possibilidade de se modelar um conjunto de saberes que permitam aos alunos, caminharem para além daquilo que aprenderam nas aulas, caminharem para o mais adiante (ou para o mais atrás), conforme seus interesses, desejos e vontades, caminharem na construção de sua própria autonomia. E se isso é possível no que se refere à cultura do corpo, porque não seria no âmbito social?

Vale dizer que, ao chegar à escola, o aluno possui sua autonomia. Existe nele um nível de possibilidades corporais, intelectuais, sociais, as quais pode acessar sozinho. Não se trata de descartar essa autonomia, mas entende-la como construída sobre uma base de conhecimentos que, possivelmente, ainda se sedimentam numa visão sincrética do mundo. E isso não se dá pela preguiça desse indivíduo, por seu desinteresse ou por sua própria culpa, há de se entender que o não cidadão não fez a opção de ser excluído da sociedade, foram as estruturas sociais que o colocaram à margem do sistema, sem que ele disso pudesse perceber.

Cabe por tanto ao educador preocupado com essa construção social, entregar ao aluno as ferramentas que lhe são necessárias para retomar a rédeas de seu próprio destino. Por isso, não se pode falar sobre uma aula em que será trabalhada a cidadania, não se pode falar sobre uma ou duas atividades ou brincadeiras que desenvolvam a cidadania; precisa-se falar sobre uma série de conhecimentos que, se entregues e compreendidos pelos alunos, darão a ele a possibilidade de constantemente reconstruir a própria autonomia, agora a partir de uma visão cada vez mais sintética, cada vez mais crítica, e que cada vez mais permita a esse indivíduo o entendimento sobre sua colocação no mundo e, muito especialmente, suas possibilidades dentro dele.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUARQUE, C. *A Desordem do Progresso*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CASTELLANI FILHO, L. *Classes de aceleração: uma proposta pedagógica para a educação física*. In: *Política Educacional e Educação Física*. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CASTELLANI FILHO, L. O Projeto Social Esporte e Lazer da Cidade: da elaboração conceitual a sua implementação. In: *Gestão Pública de Lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CORTELLA, M. S. *A Escola e o Conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DEMO, P. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. São Paulo: Autores Associados, 1995.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, S. *Acontecimento e Resistência: educação menor no cotidiano da escola*. In: CAMARGO, A.M.F. de & MARIGUELA (orgs), m. *Cotidiano Escolar: Emergência e Invenção*. Piracicaba, SP: Jacintha, 2007

ROMANO, R. *Uma Questão de Costumes*. In: *Cidadania, Verso e Reverso*. Vários Autores. São Paulo: Imprensa Oficial, 1997/1998.

SAVIANI, D. *Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1982.

SCHAFF, A. *História e Verdade*. São Paulo: Martin Fontes, 1995.

SOARES, C.L.; TAFFAREL, C.N.Z.; VARJAL, E.; CASTELLANI FILHO, L.; ESCOBAR, M.O.; BRACHT, V. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.